

### 3. A Igreja, os Desigrejados e o Dízimo: Uma Análise Bíblica e Histórica (Ef 4:11; Hb 10:25; Ml 3:10)

Autor: Diego Vieira Dias | Grupo: Teologia e Pregações | Data: 29/11/2025 11:35

#### A Natureza e a Missão da Igreja: Uma Breve Revisão

A compreensão do conceito de "Igreja" transcende a simples ideia de um edifício ou uma instituição. Em sua essência, a eclesiologia — o estudo da Igreja — a define como uma reunião, uma assembleia ou uma congregação de pessoas que compartilham uma fé comum em Jesus Cristo. Essa comunidade é descrita nas Escrituras por meio de diversas metáforas ricas em significado, que ajudam a ilustrar sua natureza e seu propósito. Entre as mais notáveis, a Igreja é apresentada como o **Templo de Deus**, a **Noiva do Cordeiro** e, fundamentalmente, o **Corpo de Cristo**, indicando uma união orgânica e espiritual entre seus membros e com o próprio Cristo.

A missão da Igreja é multifacetada e central para sua existência, fundamentada no senhorio de Cristo. Ele não é apenas o fundador, mas a própria rocha sobre a qual a Igreja está edificada, uma verdade que distingue a perspectiva protestante da interpretação católica, que historicamente aponta o apóstolo Pedro como essa pedra fundamental.

Para cumprir sua missão, a Igreja se organiza sob diferentes estruturas de liderança e governo. É crucial distinguir entre **dons ministeriais** e **cargos eclesiásticos**. Conforme descrito em Efésios 4:11, dons como os de apóstolos, profetas, evangelistas e pastores-mestres são capacitações dadas por Deus para a edificação do corpo. Já os cargos, como os de diácono, presbítero e bispo, representam funções administrativas e de supervisão estabelecidas para a ordem e o bom funcionamento da comunidade.

Historicamente, três principais sistemas de governo eclesiástico se desenvolveram:

- **Episcopal:** Um sistema hierárquico onde uma figura central, como um bispo ou presidente, detém a autoridade final sobre as decisões da igreja.
- **Presbiteriano (ou Representativo):** As decisões são tomadas por um conselho de líderes eleitos (presbíteros), que representam a congregação.
- **Congregacional:** A autoridade máxima reside na própria assembleia de membros, que tem a palavra final nas questões administrativas e doutrinárias.

Essa estrutura de liderança e organização serve para guiar a comunidade de fiéis no cumprimento de sua missão, que envolve adoração, evangelização, discipulado e serviço ao próximo.

#### O Fenômeno dos Desigrejados no Contexto Brasileiro

Um dos fenômenos mais significativos e debatidos no cenário religioso brasileiro contemporâneo é o crescimento do número de "desigrejados". Esta questão se torna particularmente relevante ao analisar os dados do censo demográfico. Embora os dados mais recentes ainda estejam sendo consolidados, o censo de 2010 já apontava para uma tendência notável que, muito provavelmente, apenas se intensificou.

Entre 2000 e 2010, a população evangélica no Brasil experimentou um crescimento expressivo de 61%, saltando de pouco mais de 26 milhões para 42 milhões de pessoas. Dentro desse panorama, enquanto denominações tradicionais como a Assembleia de Deus e a Igreja Batista mantiveram ou ampliaram sua relevância, um grupo se destacou de forma surpreendente: os evangélicos sem vínculo institucional.

Em 2010, os desigrejados já representavam o segundo maior grupo evangélico do país, ficando atrás apenas da Assembleia de Deus. É crucial, no entanto, definir corretamente este termo para evitar

equívocos.

*Desigrejados são pessoas que, embora continuem a professar a fé cristã, não mantêm vínculo formal como membros de nenhuma igreja, instituição ou organização evangélica.*

Este grupo não deve ser confundido com "desviados" ou "apóstatas", que são termos geralmente aplicados a indivíduos que abandonaram a fé ou se afastaram de seus princípios. Os desigrejados, por sua vez, afirmam sua identidade cristã, mas, por diversas razões, **optam por não se filiar a uma comunidade local**. Alguns podem frequentar cultos esporadicamente em diferentes locais, enquanto outros praticam sua fé de maneira totalmente independente.

A projeção de que este grupo possa ter se tornado o maior do Brasil desde então sublinha a importância de se aprofundar nas razões por trás desse movimento e questionar:**a filiação a uma igreja é um componente indispensável para a vida cristã e para a salvação?**

## A Filiação à Igreja é Essencial para a Salvação?

A questão sobre a necessidade de ser membro de uma igreja para alcançar a salvação é complexa e não admite uma resposta apressada ou simplista. Para abordá-la de maneira equilibrada, é fundamental, antes de tudo, estabelecer o pilar da fé cristã: a salvação não reside na instituição eclesiástica, mas exclusivamente em Jesus Cristo. As Escrituras são enfáticas a esse respeito.

*Em nenhum outro há salvação, porque também debaixo do céu nenhum outro nome há, dado entre os homens, pelo qual devamos ser salvos. (Atos 4:12)*

*Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus.(Efésios 2:8)*

Portanto, a salvação é um dom de Deus, acessado mediante a fé em Jesus, e não como resultado de obras ou filiação a uma organização. Contudo, isso não torna a participação em uma igreja local irrelevante. A análise se aprofunda ao considerarmos os motivos que levam uma pessoa a não se congregar.

Existem circunstâncias que impedem a filiação por razões alheias à vontade do indivíduo. Questões **geográficas**, como residir em locais remotos onde não há comunidades cristãs, ou **impedimentos físicos**, como doenças graves que impossibilitam a frequência, são cenários justificáveis. Nesses casos, a pessoa está impossibilitada de congregar, não se recusando a fazê-lo.

O debate se torna mais delicado quando a ausência da igreja é uma decisão consciente, baseada em convicções pessoais — como a crença de que todas as igrejas estão corrompidas, a desconfiança generalizada em líderes religiosos ou simplesmente a percepção de que congregar não é necessário.

Uma analogia útil para essa reflexão é a questão do batismo. Jesus estabeleceu o batismo como um mandamento para aqueles que creem:

*Quem crer e for batizado será salvo. (Marcos 16:16)*

A recusa voluntária e consciente em obedecer a uma ordem direta de Cristo pode, sim, colocar em xeque a sinceridade da fé professada, pois **a Bíblia associa a salvação à obediência** (Hebreus 5:9). Por outro lado, o exemplo do ladrão na cruz (Lucas 23:43), que recebeu a promessa do paraíso sem ser batizado ou filiado a uma igreja, ilustra perfeitamente a exceção. Ele não se *recusou* a cumprir os mandamentos; ele estava fisicamente *impedido* de fazê-lo em seus últimos momentos de vida.

Assim, embora a salvação dependa unicamente da fé em Cristo, **a recusa deliberada em fazer parte de uma comunidade de fé, quando se tem a oportunidade, levanta questionamentos importantes sobre a natureza dessa mesma fé** e a disposição em obedecer aos preceitos do Evangelho.

## Congregar: Um Chamado à Família de Deus e ao Corpo de Cristo

Uma fé cristã genuína e sincera manifesta-se naturalmente em um desejo de comunhão. A Bíblia apresenta um contraste claro entre ser *impedido* de congregar por circunstâncias adversas e *recusar-* se a fazê-lo por escolha. A prática da igreja primitiva, registrada logo após a sua fundação, estabelece um precedente poderoso:

*Todos os que criam estavam juntos e tinham tudo em comum. (Atos 2:44)*

A recusa em se juntar a outros crentes levanta uma questão lógica e teológica fundamental, semelhante àquela levantada pelo apóstolo João sobre o amor. Como alguém pode afirmar que ama a Deus, a quem não vê, se não ama seu irmão, a quem vê? De forma análoga, como alguém pode dizer que crê em Jesus e voluntariamente se recusa a fazer parte do **Corpo de Cristo**, que é a Igreja?

As Escrituras utilizam a metáfora da **Família de Deus** para descrever a relação entre os crentes. A fé em Cristo não apenas nos reconcilia com o Pai, mas nos insere em uma nova comunidade de irmãos.

*Assim que já não sois estrangeiros, nem forasteiros, mas concidadãos dos santos e da família de Deus. (Efésios 2:19)*

Rejeitar a companhia dos irmãos é, em certo sentido, rejeitar a família do Pai. O raciocínio bíblico é coeso: o amor a Deus está intrinsecamente ligado ao amor por Seus filhos.

*Todo aquele que crê que Jesus é o Cristo, é nascido de Deus; e todo aquele que ama ao que o gerou, também ama ao que dele é nascido. (1 João 5:1)*

Além de um impulso natural da fé, congregar é também um mandamento explícito, especialmente em tempos de dificuldade.

*Não deixando a nossa congregação, como é costume de alguns, antes admoestando-nos uns aos*

*outros; e tanto mais, quanto vedes que se vai aproximando aquele dia. (Hebreus 10:25)*

A participação na igreja local também envolve submissão a uma estrutura de liderança estabelecida pelo próprio Cristo para o "aperfeiçoamento dos santos" e a "edificação do corpo de Cristo" (Efésios 4:11-12). A Bíblia instrui os crentes a se sujeitarem aos seus pastores, que zelarão por suas almas e prestarão contas a Deus por elas (Hebreus 13:17). A ausência de vínculo com uma igreja levanta a questão da responsabilidade e da prestação de contas espiritual.

O argumento de que as igrejas são cheias de pessoas problemáticas, embora muitas vezes verdadeiro, ignora a própria natureza da Igreja. Ela não é uma congregação de anjos, mas uma comunidade de pecadores imperfeitos e limitados, redimidos pela graça, que se reúnem precisamente para se estimular "ao amor e às boas obras" (Hebreus 10:24). É na comunhão, com todas as suas falhas, que os cristãos se aprimoram mutuamente e crescem juntos como a grande família de Deus.

## O Dízimo: Origem e Propósito no Antigo Testamento

A prática do dízimo, ou a entrega de dez por cento dos rendimentos, não tem sua origem na Lei de Moisés, mas a antecede. Os primeiros registros bíblicos de dízimo são encontrados nas narrativas dos patriarcas Abraão e Jacó, e em ambos os casos, a prática apresenta características distintas.

Primeiramente, o ato de dizimar foi **voluntário**, não uma resposta a uma obrigação legal. Abraão, em um gesto de gratidão após uma vitória militar, entregou o dízimo a Melquisedeque, que é descrito não apenas como rei de Salém, mas fundamentalmente como "sacerdote do Deus Altíssimo" (Gênesis 14:20). A entrega foi direcionada à função sacerdotal de Melquisedeque, indicando que o propósito era o sustento do culto. Da mesma forma, Jacó instituiu o dízimo como parte de um voto a Deus, prometendo-o em conexão com o local que ele declarou ser a "Casa de Deus", um futuro santuário.

*E esta pedra que tenho posto por coluna será casa de Deus; e de tudo quanto me deres, certamente te darei o dízimo. (Gênesis 28:22)*

Com a instituição da **Lei de Moisés**, o dízimo foi formalizado e integrado ao sistema de adoração de Israel, mas seu propósito principal permaneceu o mesmo: **sustentar o culto**. O livro de Deuteronômio estabelece que as ofertas e os dízimos deveriam ser levados ao lugar central de adoração que Deus escolheria, que viria a ser o Templo em Jerusalém (Deuteronômio 12:6).

Essa prática tinha duas finalidades interligadas:

- Manutenção do Santuário:** Os recursos eram utilizados para financiar as operações do Templo, os sacrifícios e todas as atividades císticas. O profeta Malaquias reforça essa ideia ao conamar o povo a trazer os dízimos à "casa do tesouro" para que houvesse "mantimento na minha casa" (Malaquias 3:10).
- Sustento dos Levitas e Sacerdotes:** A tribo de Levi foi separada para o serviço sacerdotal e não recebeu herança de terra em Canaã. A sua subsistência provinha diretamente dos dízimos entregues pelas outras tribos.

Além dessa função primária, a Lei também previa uma aplicação social para o dízimo. A cada três anos, um dízimo especial deveria ser separado para o sustento dos necessitados da sociedade:

*Então o darás ao levita, ao estrangeiro, ao órfão e à viúva, para que comam dentro das tuas*

*portas e se fartem. (Deuteronômio 26:12)*

Embora a assistência aos pobres fosse um componente importante, ela era uma aplicação eventual, e não o uso principal e contínuo do dízimo. Portanto, no Antigo Testamento, o dízimo era um sistema bem definido, projetado fundamentalmente para garantir a manutenção estrutural e financeira do culto centralizado de Israel.

## A Contribuição no Novo Testamento e na Igreja Primitiva

Ao adentrar o Novo Testamento, observa-se uma notável mudança de ênfase no que diz respeito à contribuição financeira. As menções diretas ao dízimo são raras e contextuais. Em Mateus 23:23, Jesus se dirige aos fariseus, judeus que viviam sob a Lei de Moisés, e os repreende por dizimarem meticulosamente as mínimas ervas enquanto negligenciavam "o mais importante da lei: o juízo, a misericórdia e a fé". Ele conclui: "deveis, porém, fazer estas coisas, e não omitir aquelas". Com isso, Jesus não anula o dízimo para aqueles sob a Lei, mas o subordina a princípios espirituais superiores. A outra menção significativa, na carta aos Hebreus, utiliza o dízimo de Abraão a Melquisedeque como um argumento teológico para demonstrar a superioridade do sacerdócio de Cristo, não como uma instrução normativa para a prática cristã.

A ausência de um mandamento para dizimar nas cartas apostólicas (de Paulo, Pedro, João, etc.) e no livro de Atos levanta uma questão importante: por que os líderes da igreja primitiva não enfatizaram essa prática? A resposta reside em uma profunda reinterpretiação teológica e prática da mordomia.

A igreja primitiva, em seus primórdios, não possuía templos ou um sistema de culto centralizado que demandasse o tipo de sustento financeiro previsto na Lei de Moisés. As reuniões aconteciam nas casas dos fiéis. Mais importante, porém, foi a mudança de mentalidade: os primeiros cristãos não entendiam que apenas 10% de seus bens pertenciam a Deus, mas sim **100%**. A entrega não era parcial, mas integral.

Essa generosidade radical é vividamente descrita no livro de Atos:

*E vendiam suas propriedades e bens, e repartiam com todos, segundo cada um havia de mister. (Atos 2:45)*

*E era um o coração e a alma da multidão dos que criam, e ninguém dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas todas as coisas lhes eram comuns. (Atos 4:32)*

Para uma comunidade que entendia que tudo pertencia ao Reino de Deus e estava disposta a vender propriedades para suprir as necessidades dos irmãos, a ideia de contribuir com apenas 10% seria um retrocesso. O padrão não era a porcentagem, mas a disposição do coração e a resposta à necessidade da comunidade.

Assim, em vez de um mandamento legalista, o Novo Testamento estabelece princípios para a contribuição, baseados na voluntariedade e na generosidade. O apóstolo Paulo instrui os coríntios sobre como organizar as coletas:

*No primeiro dia da semana cada um de vós ponha de parte o que puder ajudar, conforme a sua*

*prosperidade. (1 Coríntios 16:2)*

Aqui, a contribuição é apresentada como sistemática, pessoal e proporcional. Em sua segunda carta, ele aprofunda o princípio, focando na atitude do contribuinte:

*Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza, ou por necessidade; porque Deus ama ao que dá com alegria. (2 Coríntios 9:7)*

Portanto, a ênfase do Novo Testamento desloca-se de uma obrigação percentual para uma entrega liberal, alegre e voluntária, fruto de um coração que reconhece que tudo o que possui pertence, em última análise, a Deus.

## A Transformação do Dízimo em Obrigação ao Longo da História

Se a prática da igreja primitiva era marcada pela voluntariedade e pela generosidade que ia além de uma porcentagem fixa, como o dízimo se tornou uma obrigação em grande parte da cristandade? A resposta está em um processo histórico gradual, impulsionado pela crescente institucionalização da Igreja.

Nos primeiros séculos após a era apostólica, a contribuição continuou sendo voluntária. Líderes como Justino Mártir (século II) e Tertuliano (séculos II e III) descrevem em seus escritos um sistema onde os cristãos, movidos pela fé, ofertavam de acordo com suas posses para o sustento dos órfãos, viúvas, missionários e dos pobres em geral. Não havia menção a uma regra de 10%.

A mudança começou a tomar forma a partir do século III, quando teólogos como Cipriano de Cartago começaram a traçar paralelos diretos entre o clero cristão e o sacerdócio levítico do Antigo Testamento. O argumento era simples: se os levitas eram sustentados pelos dízimos do povo de Israel, os ministros do Novo Testamento deveriam, da mesma forma, ser sustentados pelos dízimos da congregação. Essa analogia, embora influente, representou um desvio da ênfase neotestamentária na contribuição voluntária e no sacerdócio de todos os crentes.

O ponto de virada decisivo ocorreu séculos mais tarde, à medida que a Igreja se tornava uma instituição poderosa e central na Europa. A necessidade de construir e manter catedrais, sustentar uma hierarquia clerical cada vez mais complexa e administrar vastas propriedades gerou uma demanda financeira que o sistema de ofertas voluntárias parecia insuficiente para suprir de forma consistente.

Foi nesse contexto que a prática do dízimo começou a ser formalmente legislada.

*O Concílio de Mâcon, realizado na França em 585 d.C., foi um dos primeiros sínodos a decretar o dízimo como uma obrigação para os cristãos, estabelecendo a pena de excomunhão para aqueles que se recusassem a pagá-lo.*

A partir de então, o que era uma recomendação baseada em uma analogia com o Antigo Testamento transformou-se em lei eclesiástica. Durante a Idade Média, essa obrigação foi ainda mais solidificada. Carlos Magno, no final do século VIII, tornou o dízimo uma lei civil em seu império, transformando-o efetivamente em um imposto estatal cobrado pela Igreja.

Essa transformação histórica é crucial para entender o debate contemporâneo. O dízimo, como uma obrigação legal e compulsória, não é uma doutrina que remonta diretamente a Jesus ou aos apóstolos, mas sim o resultado de um desenvolvimento histórico posterior, moldado pelas necessidades institucionais e pela estrutura de poder da Igreja em um período específico.

## Conclusão: Fidelidade, Comunidade e Mordomia

Ao final desta análise, podemos retornar à questão central com maior clareza. A salvação, conforme a doutrina cristã, é um ato de graça de Deus recebido pela fé em Jesus Cristo, e não um prêmio por filiação eclesiástica ou contribuição financeira. Uma pessoa pode, de fato, ser salva sem ser membro formal de uma igreja, como no caso de um novo convertido em seu leito de morte ou de alguém em circunstâncias que o impeçam de congregar.

Contudo, a vida cristã que se segue à salvação é, por sua própria natureza, comunitária. A recusa deliberada e contínua em fazer parte do Corpo de Cristo, quando se tem a oportunidade, contradiz o espírito do Novo Testamento, que descreve a Igreja como a família de Deus. Embora as críticas ao institucionalismo, ao legalismo e aos escândalos em muitas igrejas sejam frequentemente válidas e compreensíveis, a solução bíblica não é o isolamento, mas a busca por uma comunidade saudável ou o trabalho para a reforma daquela em que se está inserido.

Nesse contexto, a questão da contribuição financeira encontra seu lugar apropriado. O modelo neotestamentário não se baseia em uma obrigação legalista de 10%, mas em princípios de generosidade, proporcionalidade e voluntariedade, com o propósito de sustentar a obra do Evangelho e a comunidade local. A lógica é direta: o crente contribui para a manutenção da comunidade da qual ele faz parte, onde é alimentado espiritualmente, pastoreado e serve junto aos seus irmãos.

Portanto, para o "desigrejado", a questão não deveria ser "para onde envio meu dízimo?", mas sim "onde estou vivendo em comunidade?". A contribuição financeira é uma consequência natural do pertencimento. Sem um vínculo comunitário, o ato de dizimar ou ofertar perde seu referencial primário, que é o sustento da "casa" — a congregação local.

A fidelidade a Deus, portanto, se manifesta de forma integral:

1. **Na fé em Cristo** como único e suficiente Salvador.
2. **Na comunhão com o Seu Corpo**, a Igreja, participando ativamente de uma comunidade de crentes.
3. **Na mordomia dos recursos**, contribuindo de forma generosa e sistemática para o avanço do Reino através da igreja local.

O caminho proposto pelas Escrituras não é o de uma fé individualista e desvinculada, mas o de uma jornada coletiva, onde cada membro, com seus dons e recursos, contribui para a edificação de todos, para a glória de Deus.

---

Iury Rangel.      **Sistemática: Eclesiologia**      -      **Aula 3**      **(21/05/25)**.  
[https://youtu.be/CMwlgkL8\\_KE?si=MANBepKOpbV2ZDOz](https://youtu.be/CMwlgkL8_KE?si=MANBepKOpbV2ZDOz)